

**TERMO DE CONTRATO DE
PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº
.../2020/SMDP FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA, ATINENTE A
DEPENDÊNCIA DENOMINADA
QUARTO Nº 18, SITUADA NO MERCADO
PÚBLICO MUNICIPAL, EM
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito ao Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob o nº 139.673.040-00, denominado **PERMITENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida no Município de Rio Grande/RS, na, CEP, neste ato representada pelo Sr, portador do RG nº doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, celebram o presente termo em conformidade com o Decreto Municipal nº 13.335/2015, com a Lei nº 8666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo a permissão onerosa de uso da dependência denominada quarto nº 18 localizada no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório S/Nº com área de 70,02m² para fins específicos do ramo de restaurante e lancheria, conforme previsto no Termo de Referência anexo.

Parágrafo Único: As benfeitorias realizadas não terão direito a indenizações no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: O **PERMISSIONÁRIO** pagará ao **PERMITENTE** a importância de R\$ 1.760,78 (mil setecentos e sessenta reais e setenta e oito centavos) mensais pela permissão, pagável até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda -SMF.

Parágrafo Primeiro: Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação sofrerão multa de 10% e serão corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento pelo percentual de 0,033% ao dia.

Parágrafo Segundo: É de inteira responsabilidade do **PERMISSIONÁRIO** todos os compromissos de impostos, taxas, despesas ou qualquer outro tipo de desembolso e tarifas decorrentes do estabelecimento comercial, tais como energia elétrica, água, esgoto e etc.

Parágrafo Terceiro: Além do valor do presente contrato o PERMISSIONÁRIO pagará a iluminação dos corredores e taxa de água e esgoto, conforme rateio entre todos os demais concessionários do Mercado Público Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 05 (cinco) anos improrrogáveis, contados a partir da data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA QUARTA – DO IMÓVEL: Não será permitido alterar as características arquitetônicas da dependência com a retirada de mureta, balcão, esquadrias em madeira, pisos, soleiras, paredes, aberturas, constituindo-se motivo de imediata rescisão deste termo.

Parágrafo Primeiro: Toda e qualquer obra que venha a ser executada pelo PERMISSIONÁRIO deverá ser autorizada pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário – SMDP e obedecer o Manual de Orientação de Restauração do Mercado Público e fiscalizado pelo setor competente pela Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento – SMCP.

Parágrafo Segundo: Todas as benfeitorias que venha a ser feitas na dependência passarão a fazer parte integrante dos próprios Municipais e consequentemente, tornar-se-ão propriedade da PERMITENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO: O valor do contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, tendo como índice de reajuste a variação acumulada do INPC no período.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Secretária de Município do Desenvolvimento Primário - SMDP, a qual indicará um funcionário responsável para tal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA: A PERMISSIONÁRIA, além de outras obrigações previstas no Termo de Referência e no decreto Municipal nº 13.335/15, obriga-se a:

- a) Sujeitar-se à fiscalização do PERMITENTE, que será efetuada por funcionário designado para tal.
- b) Apresentar comprovante de pagamento das taxas de água e luz, Sempre que solicitado por agente representante do PERMITENTE;
- c) Manter e conservar todas as benfeitorias que compreendem a área da mesma, ficando vedada toda e qualquer obra e/ou serviço que altere as características das dependências sob sua responsabilidade, inclusive pinturas externas;
- d) Executar obras que possam ser necessárias somente com autorização do PERMITENTE e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;
- e) Arcar com todas as despesas de manutenção e conservação da dependência, assim como a provisão de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do estabelecimento;

- f) Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, independente de notificação judicial ou extrajudicial;
- g) Implantar um sistema de prevenção de incêndio obedecendo as normas técnicas vigêntes;
- h) Obter todas as licenças e franquias necessárias para o funcionamento do estabelecimento;
- i) Arcar com o pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;
- j) Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante a vigência do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de dez por cento 10% do valor da permissão pelo lapso de tempo devidamente comprovado do não funcionamento da atividade.
- k) Ser o único responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.
- l) Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: Este Termo poderá, naquilo que couber, ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei nº 8666/1993, pelo atraso de 3(três) prestações consecutivas e pelas demais previsões constantes neste Termo.

CLÁUSULA NONA - DA EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS, DOS EQUIPAMENTOS PARA DIVULGAÇÃO E DAS ÁREAS DE MESAS: A exposição de mercadorias, dos equipamentos para divulgação e das áreas de mesas no Mercado Público Municipal obedecerá o disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Além de ensejar a revogação de permissão de uso, o descumprimento total ou parcial das determinações deste regimento e do Plano de Ocupação e Restauro do Mercado Público Municipal, o qual orienta as condutas para um bom funcionamento dos estabelecimentos, confere a municipalidade o direito de aplicar aos permissionários as seguintes penalidades, garantindo a defesa plena do contraditório:

I - advertência

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o preço mensal da permissão de uso e podendo ser aplicada em dobro com a reincidência.

III - suspensão do exercício da atividade comercial por um prazo de até 30 (trinta) dias.

IV - interdição administrativa

V - suspensão temporária em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por um prazo de dois (2) anos.

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será ressarcida

sempre que o permissionário ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

Parágrafo Primeiro: Fica vedada a cedência, a locação, a alienação, penhora ou transferência a qualquer título dos chalés e quartos, casos em que será de imediato revogada a permissão sem qualquer direito a indenização ou recurso.

Parágrafo Segundo: As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do Município, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da infração, em processo administrativo aberto para tal fim.

I- A assinatura, no ato da autuação, valerá como indicação da autoria, gerando o mesmo efeito à recusa do infrator em assinar o documento, fato que será certificado pelo Agente de Fiscalização assinado por duas testemunhas.

Parágrafo Terceiro: A defesa a qual se refere o artigo anterior deverá ser encaminhada à Gerência de Abastecimento da SMDP, no prazo definido, para análise e deliberação da chefia como primeira instância do julgamento.

I- No caso de indeferimento, caberá ainda o recurso para julgamento em instância superior, a cargo do titular da pasta (especificar), que promoverá a decisão final.

II- O recurso deverá ser encaminhado no mesmo prazo, contando a partir do recebimento do indeferimento da defesa.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas serão recolhidas para o Fundo Municipal de Manutenção, Reforma e Restauro do Mercado quando da sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS EQUIPAMENTOS: O uso de equipamentos deverá observar o disposto no capítulo VII do Decreto Municipal 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACONDICIONAMENTO DA COLETA DO LIXO: O acondicionamento, a coleta e a destinação do lixo produzido no interior do Mercado deverá Municipal obedecerá o disposto no Capítulo V do Decreto Municipal nº 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CARGA E DESCARGA: A carga e descarga de mercadorias, materiais ou equipamentos deverá observar o disposto no capítulo IV do Decreto Municipal 13335/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA–A PERMISSONÁRIA declara expressamente que aceita todas as condições deste termo, sem restrições de qualquer natureza e de que executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município bem como conhece o teor do decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA OMISSÃO: Onde este contrato for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93, do Decreto Municipal 13.335/2015 e demais legislação em vigor.

CLAUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, as partes interessadas o assinam, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, .. de ... de

.....
Permitente

José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMDP/GCLC/CSCI/ PERMITENTE

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a). _____ e o(a) senhor(a) _____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, ... de de 2020



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!